

AGENDA POLÍTICA ON LINE

Edição # 7 - abr-jul/01

Um canal para a comunicação acadêmica e a intervenção política na pauta da consolidação e radicalização da democracia.

Análise:

Violência e corrupção: um desafio ao nosso futuro.

Por Eduardo Dutra Aydos

(Versão revista do original publicado em ANÁLISE n^{os} 254 e 255, newsletter editada pelo jornalista Hélio Gama, Porto Alegre, 9 e 16 de junho 2001):

“Fazer sucesso no Brasil é ofensa pessoal”. Essa expressão-denúncia, que recolho de Tom Jobim na coluna do webjornalista Diego Casagrande em 09/05/01, é paradigmática.

Nesta pátria, a fraude – como corrupção e violência no cotidiano da vida – tem extravasado de alto abaixo e por todos os poros da tessitura social e se constitui, provavelmente, com o perdão da expressão que não pretende emular a justificação destes fatos, no exercício mais bem sucedido da criatividade e da adaptabilidade da nossa cultura política. Na sua esteira, pessoas e corporações têm sido genericamente incentivadas a aspirar o sucesso pelos caminhos transversos de uma moral de ocasião e do recurso gracioso à liberalidade do Estado. E, na frustração dessa expectativa, como que movidos pela consciência do seu descaminho, tendem a estigmatizar o sucesso dos outros com a projeção da própria expiação.

O excesso de confiança na fortuna, perseguida pela obtenção pouco virtuosa de vantagens a qualquer custo, constituiu-se, por via de conseqüência, num traço marcante de nosso inconsciente coletivo – o efetivo arquétipo de uma ambigüidade radical que se tem cristalizado na construção da esfera pública neste país. Trata-se de uma clara dificuldade de distinguir e, mais além, de posicionar-se em face dos interesses privado e público, dos comportamentos ilícito e legítimo. Isso que alimenta, no campo dos sentimentos, uma relação de amor e ódio, que nos mantém atrelados a vias tortuosas e transversas de construir a sobrevivência pessoal e a realização coletiva, as quais racionalmente abominamos. Neste contexto, a condição alcançada por um artista talentoso, um intelectual irreverente, um empreendedor bem sucedido ou um político realizador, ainda é, via de regra e a priori, alvo de suspeita e objeto de despeito.

Não há como descartar o equacionamento dessa contradição na especulação do nosso futuro. Qual terapia nos permitirá resolver o trauma de um passado irresolvido, que nos mantém ainda atrelados à ambigüidade permissiva e truculenta: do “*rouba, mas faz*”, que é a da mesma natureza do “*pobre, tem mesmo é que roubar?*”.¹ Que pedagogia nos propiciará desconstruir esse vazio da consciência coletiva, que nos impede reconhecer o imperativo categórico do resguardo – até prova em contrário ou coação irresistível – à dignidade do outro e ao dever de todos à mesma e estrita retidão de conduta? Que condição de realização na esfera pública nos permitirá um dia reverter, em construção cooperativa do bem comum, a projeção depressiva das nossas próprias frustrações, que nos dispersa as energias e nos bloqueia defensivamente o entendimento, levando-nos a cair, por essas e outras, no conto de um certo vigário, para quem “*o inferno são os outros*”.

O fato é que, diante desses traços constitutivos da atitude política, enraizados em nosso cotidiano, falece a normatividade da lei, por mais rigorosa que seja. Aliás, quanto mais rigorosa, neste contexto, mais favorece o mandonismo e a corruptela. Porque mais vantajosa se torna a sua transgressão e a institucionalização do arbítrio na *dosimetria* da sua aplicação – que a expressão de Flores da Cunha revela na sutileza de um aforismo, escancarando o privilégio, sob o verniz de uma legalidade de fachada: “*aos meus amigos os favores da lei e aos meus inimigos os rigores da lei*”.

A corrupção que nos assola é companheira da violência que nos constrange e da miséria social que nos aflige. E são essas três mazelas, mutuamente sustentadas, os grandes desafios que a sociedade brasileira enfrenta nesta quadra do seu desenvolvimento. Da sua equação projetam-se, alternativamente: os prospectos da condição cidadã e do projeto de nação, que poderemos consolidar no futuro próximo, ou os descaminhos da sua frustração. Bem por isso, é enorme a responsabilidade que nos atribui e penosa a tarefa que nos incumbe.

Desenvolvimento, probidade administrativa e liberdade em escala mundial.

As informações disponíveis em escala mundial sobre o comportamento das nações, em resposta a essas três questões revelam impressionante correlação empírica: os países que, independentemente da sua ideologia e modelo econômico, se situam na faixa de renda mais elevada (cfr. classificação do Banco Mundial, 2000), são também os mais livres (na escala estabelecida pela Freedom House, 1999/00), os menos corruptos (cfr. os dados na Transparency

¹ A diferença – nisso que uma expressão designa a permissividade das massas, em relação ao comportamento das elites, e outra refere à permissividade das elites, em relação ao comportamento das massas – é irrelevante na consequência de ambas. Eis que, chancelam uma dramática regressão ao estado de natureza e à lei do mais forte, numa sociedade em que os poderosos do dia ainda se gabam de reservar “*aos amigos o mel e aos inimigos o fel*”.

International, 1999) e os que apresentam maior estabilidade das instituições democráticas (cfr. pesquisa de Shugart e Carey, 1992).

É possível discutir a confiabilidade destes indicadores – tanto no que se refere à precisão da sua escala de medida, como à abrangência e pertinência das dimensões da realidade que pretendem representar. É possível, também, questionar o viés de uma interpretação causal que pretendesse ver, na correlação dos resultados figurados na tabela acima, uma determinação: seja do nível de renda de uma sociedade sobre as suas chances de ser livre, honesta, e democraticamente estável; seja no sentido inverso, destas três variáveis como condições suficientes ao desenvolvimento das nações. No momento, entretanto, satisfaz ao nosso horizonte de investigação, o mero reconhecimento da associação consistente e significativa que articula as dimensões da realidade social figuradas pelos índices comparados, que sintetizamos na Tabela a seguir.

**INDICADORES DE CORRUPÇÃO, LIBERDADE E ESTABILIDADE
DEMOCRÁTICA,
POR FAIXAS DE RENDA NACIONAL PER CAPITA**
(Resultados agregados para 95 países² - vide tb. os dados desagregados no
[Anexo 1](#))

Faixas de renda	Corrupção	Liberdade	Fator estabilidade
	<i>Maior 1,5</i>	<i>Maior 1,1</i>	<i>Cfr. Shugart & Carey</i>
	<i>Menor 10</i>	<i>Menor 7,7</i>	<i>(1992) - contexto 1991</i>
Renda alta	7,8	1,3	92,0%
Renda média alta	4,4	2,4	29,4%
Renda média baixa	3,4	3,8	27,6%
Renda baixa	2,7	4,8	4,2%

O fato de estes índices terem sido elaborados por agências diferenciadas e com alvos de investigação também distintos constitui-se elemento adicional de convencimento na sua consideração. Por outro lado, os dados aqui oferecidos à análise são convergentes com os aportes contemporâneos da teoria econômica. É o caso da obra de Amartya Sen³ -- distinguido economista do Banco Mundial e Prêmio Nobel de Economia, que tem postulado a importância instrumental e a

² O Brasil, nesse *ranking* mundial, está situado na faixa dos países de renda média alta, sendo hoje passível de incluir-se no rol das democracias estáveis, apresentando um desempenho acima da média no respectivo estrato em termos de liberdade (índice 3,4), mas abaixo da mesma no que se refere à corrupção (índice 4,1). Deve-se notar que, pelo termômetro da série histórica do indicador de liberdade, elaborada pela Freedom House, o Brasil que, no processo Constituinte obteve um índice 2,2, registra as piores marcas de sua história política recente, durante o governo Itamar Franco, em 1993/94 e a partir da segunda metade do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, quando esse índice cai para o patamar de 3,4, onde se estabilizou desde 1997/98.

³ Vide: SEN, Amartya: *Democracy as a Universal Value*. Journal of Democracy 10.3 (1999) 3-17. National Endowment for Democracy/John's Hopkins University Press, Washington D.C., disponibilizado em <<http://muse.jhu.edu/demo/jod/10.3sen.html>>; referência também a *Development as Freedom*, Alfred Konopf Ed., 1999.

condição construtiva da democracia na produção de um clima econômico favorável ao desenvolvimento, a par do reconhecimento do seu valor intrínseco e universal que torna a ausência de participação política uma privação essencial.⁴ Por outro lado, estudos recentes do Banco Mundial⁵ enfatizam o custo social e econômico da corrupção, como um efetivo obstáculo ao desenvolvimento.

Com certeza, diante do exposto, nosso caminho para o desenvolvimento passa pelo equacionamento da questão democrática, assim considerada no seu tríplice aspecto: como **afirmação da nossa condição cidadã** – vale dizer, como disposição ativa para a ampliação da liberdade de todos e cada um do povo; como **respeito ao princípio da isonomia** – vale dizer, como aceitação à disciplina ética da igualdade, que implica no mesmo peso e na mesma medida para a aplicação da lei e a avaliação moral em sociedade; e como **condição efetiva da koinonia** – vale dizer da realização fraterna e cooperativa do bem comum. Trata-se, assim de caracterizar como desvios de finalidade da sociedade democrática, a violência que sustenta a tirania, a corrupção que estabelece o privilégio e a miséria que erode a solidariedade; como condição proativa da vida em comunidade. Por isso que, mais do que nunca, a questão institucional no Brasil constitui-se no gargalo estreito do nosso futuro possível. Conforma-se nisso, uma primeira *démarche* na construção do cenário desejado de uma vida melhor, que nos cobra respostas.

Pluralismo político e consistência ética: o estado da democracia e o espelho da conjuntura.

A demanda por honestidade está posta na agenda política da sociedade brasileira contemporânea pela dinâmica do conflito eleitoral-parlamentar e pelo foco recente do jornalismo investigativo na denúncia e investigação de violações aos princípios da probidade e do decoro nos altos escalões da República. E isso é altamente positivo – representa, talvez, meio caminho andado na afirmação de um “standard” de austeridade e moralidade, compatível com o presente estágio civilizatório. É paradigmático nesse sentido, o caso da violação do painel de votação no Senado, porque revela os mecanismos sutis que a democracia emula

⁴ Clarificando o valor intrínseco da democracia, estudos contemporâneos da ética na política têm enfatizado a condição democrática, como a única e eficaz prevenção à tirania, nas situações limites do genocídio e das grandes fomes assassinas, sic.: *“Nenhum genocídio do Século XX foi perpetrado num país onde reinasse a democracia. Esta aparece até o presente como a barreira mais eficaz contra as tentações de praticar genocídio.”* (KAPUSCINSKY, Ruszard: Da natureza ao Genocídio. Le Monde Diplomatique/Adverso, Jornal da Adufrgs, Porto Alegre, 2ª quinzena/abril/2001); *“I have discussed elsewhere the remarkable fact that, in the terrible history of famines in the world, no substantial famine has ever occurred in any independent and democratic countterrible history of famines in the world, no substantial famine has ever occurred in any independent and democratic country with a relatively free press.”* (SEN, Amartya: Democracy as a Universal Value. Op. cit. nota 2.)

⁵ Uma primeira aproximação pode ser encontrada na reportagem da Revista VEJA, 14/03/2001: O Custo Econômico da Corrupção. Para ir às fontes consulte a *poverty net* - portal do Banco Mundial orientado à redução da pobreza em: <http://www.worldbank.org/poverty>.

no enfrentamento da corrupção do poder e nos permite avaliar sua eficácia retributiva.

Foi numa acirrada disputa política pela liderança do Senado Federal, que se abriu o espaço para o escorregão de ACM em depoimento aos Procuradores da República, divulgado pela revista *Isto É*, revelando conhecimento de uma lista com o resultado da votação secreta na cassação do senador Luis Estevão. Os fatos, só não passaram despercebidos, porque a democracia representativa assegura o pluralismo político-ideológico e rotiniza o conflito partidário na construção da esfera pública. No saldo das deploráveis e recíprocas injúrias, entre o anterior e o atual presidente da Casa, e sob o influxo dos mecanismos operosos da democracia espetáculo, a opinião pública restou consternada com o comportamento de seus líderes e lhes cobrou a consequência. Mas disso não decorre, automaticamente, que seremos um país menos corrupto, digamos... no horizonte da próxima década.

O mesmo Legislativo, que processou a falta de decoro de Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e os levou à renúncia, trata de criar as condições legais para o surgimento de 21 novos oligarcas no Senado, acrescidos de mais 56 na Câmara. É o prognóstico fatídico das cirurgias territoriais nos grotões do Brasil rural e arcaico, que estão sendo engendradas pelos interesses fisiológicos da elite congressual, mediante cinco projetos de lei que pretendem originar sete novos Estados brasileiros (cinco projetos já em tramitação e dois em estudos). É patético!

A oposição partidária, que mais se beneficia eleitoralmente da crise armada pelas denúncias veiculadas pelo Quarto Poder – o qual, sob o amparo da constitucionalidade democrática e movido pela lógica da competição editorial, escancara ao conhecimento da cidadania as práticas tradicionais do mandonismo político em todos os escalões da burocracia pública – por outro lado, dá sinais inequívocos de uma ambigüidade, tão essencial como ainda pouco esclarecida perante a opinião pública nacional. É paradigmático dessa condição o que vem acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul. Aqui, o governo do PT pratica de forma sistemática, truculenta e efetiva, o cerceamento da mesma liberdade de imprensa, em cuja esteira pavimentou o acesso à posição de poder que hoje desfruta. De tanto combater o monstro da censura e da discriminação ideológica nos meios de comunicação, o partido de oposição que mais cresceu nas eleições de 2.000, reproduz no exercício do poder, e em escala amplificada, todos os piores traços desse autoritarismo que vimos tentando exorcizar na história recente deste país. É igualmente patético⁶.

⁶Regredimos, em dois anos de Administração do PT, cinquenta anos na história política da liberdade de imprensa no Brasil, quando a Secretaria de Comunicação do Piratini, tornou-se papel carbono de um outro e famigerado órgão político: o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo getulista. Pratica-se hoje no Rio Grande do Sul o equívoco de pretender oferecer, como alternativa à divulgação dos atos do governo pela imprensa livre, a produção de um Jornal Oficial de notícias governamentais – em flagrante desperdício de recursos públicos, eis que o mesmo é tão desnecessário, como ineficaz para os próprios fins a que se

Sintomatologia da corrupção: desvio de comportamento e irracionalidade de base estrutural.

O princípio de toda corrupção é o **ocultamento da política**, como esfera qualificada do nosso convívio. Procede pela repressão do ser-político – que reside em cada um de nós e na cidadania como um todo – enquanto capacidade de participação e cooperação na construção do universal humano. Refoge à solução pacífica dos conflitos de interesse, pelo uso exclusivo da força e do privilégio, como critérios de decisão e instrumentos de integração social. No diagnóstico e estadiamento da sua amplitude e malignidade, torna-se útil distinguir a corrupção a varejo, manifesta nas atitudes e comportamentos individuais transgressores dos princípios da boa administração, da sua representação mais sutil e insidiosa, que

destina, até mesmo porque, ninguém o lê. Como boletim de propaganda de laboratórios farmacêuticos em sala de espera de consultórios médicos, nem mesmo a absoluta falta do que fazer justifica o respectivo esforço mental. Em paralelo, promove-se a discriminação na distribuição das notícias oficiais à imprensa, de acordo com qualquer sorte de classificação dos próprios órgãos de imprensa, punitiva dos jornais considerados de oposição. Oficializa-se, por esta via, uma particular edição da “lei do silêncio”, que envergonha a cidadania riograndense. Paradigmática, dessa opacidade militante, foi a recepção pelo segundo escalão da Secretaria de Comunicação, e a barragem da própria assessora de imprensa da ADJORI, em audiência que os dirigentes da Associação de Diretores de Jornais do Interior solicitaram ao Governador Olívio Dutra para tratar dos problemas enfrentados pelo setor no relacionamento com o governo.

Não fosse isso suficiente, o Piratini promove a denúncia sistemática dos profissionais de imprensa, que divulgam notícias ou opiniões contrárias aos interesses do governo, com ameaças veladas e manifestas aos respectivos patrões. E não hesita em promover, via coordenação dos recursos da publicidade oficial da administração direta e indireta e da influência do governo na comunidade empresarial, a perseguição pessoal aos profissionais e o bloqueio econômico aos órgãos de imprensa que se recusam à *capitis diminutio* do colaboracionismo político. Mais ainda, sonega-lhes informação sobre os próprios atos do governo, privilegiando os órgãos mais “simpáticos” e permeáveis à ideologia oficial, com o diferencial competitivo da privatização do “release”. É paradigmático dos efeitos deletérios e insanáveis da perseguição política no “*deep South*” brasileiro, o “case” da Gazeta Mercantil-RS em 1.999, que provocou pedido de demissão do seu diretor, jornalista Hélio Gama e a posterior dispensa de vários editores e colunistas daquele jornal. O mais grave, ainda, é a articulação dessas práticas ao silenciamento do poder sindical, quando a própria defesa das prerrogativas funcionais dos profissionais filiados – como a liberdade de expressão no caso em tela – cede às injunções estratégicas de um alinhamento político-ideológico estranho e descolado dos interesses fundamentais da categoria.

Da apreciação desses fatos resulta uma certeza, que aflora em tom de denúncia: projetando-se os mesmos procedimentos e atitudes à escala federal, se este PT que governa o Estado do Rio Grande do Sul estivesse hoje instalado no Palácio de Planalto com os poderes inerentes ao exercício da primeira magistratura da República, as revistas Veja e Isto É, que se têm distinguido pelo jornalismo investigativo dos desvios de finalidade do poder de Estado, já estariam fechadas, ou pelo menos se teriam domesticado e calado mediante o exercício abusivo e truculento do poder de Estado. E com certeza, as direções responsáveis por sua linha editorial independente, face aos incumbentes do governo, e boa parte dos profissionais que a implementam com eficácia, se teriam convertido aos estereótipos do jornalismo “chapa branca” - ou estariam demitidos e perseguidos... patrulhados na sua vida profissional e ameaçados na integridade da sua existência cidadã. Tudo como ocorre hoje, exemplar e antecipatoriamente, com um punhado de comunicadores gaúchos que denunciaram pela sua independência pessoal, no enfrentamento da censura estatal e do sindicalismo que lhe está ideológica e fisiologicamente atrelado, uma página obscura, surpreendente e dramática, na história política do Rio Grande.

conforma padrões de desempenho institucional em desvio das finalidades consentidas e dos princípios constitutivos da esfera pública.

A corrupção de primeiro grau é um desafio à consciência – pressupõe que não seremos capazes de promover a sua punição. **A corrupção de segundo grau é uma patologia da inteligência** – pressupõe que não seremos capazes sequer de reconhecê-la, para conformar a ordem pública segundo padrões mínimos de racionalidade e coerência. O enfrentamento da primeira remete à questão ética da liberdade, como um imperativo de ação racional e solidária em sociedade – sua praxiologia é eminentemente pedagógica, implicando as funções do mestre e do juiz. O enfrentamento da segunda remete à elaboração da fórmula política adequada à promoção e sustentação dessa liberdade – sua praxiologia é essencialmente terapêutica e, sob certo aspecto, tecnológica – nisso que concerne essencialmente à tarefa do analista, e quiçá do cientista político.

Enquanto patologia do comportamento individual ou particular, a corrupção de primeiro grau agride os padrões aceitos da convivência, e uma vez detectada no processo da comunicação social, torna-se alvo de instintiva e imediata reação corretiva. Espiada a culpa dos envolvidos, e sanado o respectivo o erro de percurso (ou estancado o vazamento de informação que permitiu conhece-lo), o sistema prossegue na sua rotina intocada, eventualmente, produzindo novos corruptos e alimentando a reprodução do escândalo.

A corrupção de segundo grau, muito ao contrário, coexiste com e, até mesmo, nos padrões aceitos do convívio social, dissolvendo na autoproteção das corporações e na opacidade característica das instituições totais, as possibilidades de identificação das suas causas e da lógica subjacentes ao respectivo desvio de finalidade. Dificulta, por isso mesmo, a formulação de uma estratégia e a adoção de procedimentos corretivos que, no caso da corrupção de primeiro grau, nos são acessíveis pela denúncia, inquirição e punição dos culpados. Atua ordinariamente, a despeito e, eventualmente, sob a capa da legalidade e da moralidade vigentes, constituindo-se pela soma interessada das ações e das omissões de pessoas que, embora essencialmente culpadas, jamais poderão ser responsabilizadas pelos seus efeitos deletérios. Promove, por isso mesmo, o desencanto geral e projeta as frustrações da cidadania sobre as próprias instituições da democracia.

Essencialmente, a corrupção de segundo grau consiste no monopólio do poder⁷, como exercício solitário do governo ou como estrutura autocrática de mando, cujas manifestações históricas mais flagrantes são o ditador, o partido único e, no seu limite, o crime organizado. A crise de liderança, consequência e governabilidade, que se projeta inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, desde este patamar de dominação, degrada as energias produtivas da sociedade e as dispersa no espaço da vida, tornando-as, por outro lado, disponíveis à atração de forças sociais e projetos políticos regressivos. É o foco de articulação e recalque,

⁷ Essa afirmação é consistente com o axioma fundamental da ciência política, enunciado por Lord Acton: *“Todo poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente”*.

nas origens do grande buraco negro da violência endêmica, cuja implosão nos cobra o preço enorme e impagável da destruição de tudo o que viceja nos espaços de liberdade à esteira da sua consumição.

Os desafios de uma agenda positiva para a ética e a política democráticas.

Há dois axiomas elementares no exercício da análise política. Assim como dito popular, que *“de médico e louco todos temos um pouco”*, também nada do que é essencialmente humano – e, assim, as condições constitutivas da força, e da desigualdade que a expressa, nas relações de poder – nos é inteiramente alheio. De um lado, é forçoso reconhecer que a coerção – mesmo como violência e corrupção – é parte inevitável do jogo político. Não há lugar na sua análise para o maniqueísmo do bem e do mal. Nada mais substancialmente falso, quando o foco da investigação é política, que distorcer a própria visão do pesquisador no *a priori* de um moralismo de ocasião, acrítico e histérico, redutor dos universais éticos à dimensão estreita dos interesses particulares e da posição de poder, que revestem momentâneas razões de Estado, de partido, de facção ou de seita. Na sua esteira, emulam-se cruzadas e guerras de extermínio, e se regride sempre à condição irresoluta da servidão humana, denotada pelo ocultamento da política e a deformação das consciências. De outro lado, o reconhecimento de uma dupla face ao exercício do poder, conjugando força e legitimidade na realização do interesse coletivo, não implica na adição de uma postura cínica diante dos fatos da vida. O fato, que o bem e o mal não sejam mutuamente excludentes, não significa que não se possa valorar uma conduta ou estabelecer critérios de verdade, sinalizadores da análise e, mais do que isso, orientadores da ação. É nesse sentido, que o reconhecimento da coerção – e assim da violência e da corrupção que grassam na sociedade humana – constitui-se no primeiro passo para uma efetiva imposição de limites ao uso da força e ao espraiamento do privilégio em sociedade. Na esteira desta tomada de consciência, que é uma **condição pedagógica** na construção da cidadania, constroem-se as bases para a geração de **alternativas terapêuticas** ao manejo estratégico do conflito social, e prepara-se o caminho para a **realização técnica** do bem comum.

Postula-se aqui uma concepção triádica da vida em sociedade: autoconsciência, autodisciplina e auto-realização, são as condições radicais do desenvolvimento equilibrado da personalidade humana; e correspondem, no plano social, aos três interesses constitutivos da sociedade democrática na conjugação sinérgica da sua **credibilidade, racionalidade e governabilidade**. Qualquer prognóstico positivo a respeito do nosso futuro como nação civilizada e democrática implica em visualizar-se as condições necessárias ao incremento de cada um e à conjugação harmônica desses interesses.

A **credibilidade** é uma expectativa introjetada de convencimento e persuasão, a qual radica na apropriação pessoal e coletiva de poder, pelos indivíduos e grupos sociais envolvidos no processo das decisões que os afetam. Como vetor da autoconsciência social e da sabedoria prática, que a atualiza no mundo da vida, o interesse da credibilidade emula a participação política como

princípio ativo da democracia e, por essa consequência, implica no empoderamento da cidadania como estratégia da **liberdade**.

A **racionalidade** é um potencial projetado de discernimento e eficiência no funcionamento e desenvolvimento da ordem política, cuja objetividade está dada na esfera jurídico-institucional que enquadra a dinâmica da conservação e mudança sociais. Como vetor da razão constituinte e da formalidade que a especializa na esfera institucional, o interesse da racionalidade emula a representação como princípio lógico da estruturação da autoridade e, por sua consequência, impõe a disciplina e os limites da lei na conformação da **igualdade**.

A **governabilidade** é a expressão das necessidades que se atualizam, enquanto condição de realização das expectativas e determinações elaboradas no âmbito dos outros dois interesses políticos, e cuja efetividade é a resultante conjuntural das interações produtivas que os indivíduos e grupos sociais mantêm no mundo da vida. Como vetor da crítica e do método, aplicados sobre o estado atual da sociedade, o interesse da governabilidade impulsiona a formulação das políticas públicas e a tomada de decisões que a implementam. Conformam, assim, as contingências e possibilidades da ação coletiva na construção do bem público, que se desenham e oportunizam em cada tempo. É nesse campo que a política emula a terceira consigna da civilização democrática, como experiência concreta da **fraternidade**.

O relevante nessa análise está no fato que, independente das finalidades específicas, que configuram seu alvo em primeiro grau, isolados, cada um destes interesses políticos pode constituir-se, por excesso de realização e projetado numa instância de segundo grau, um fator causal da própria violência, corrupção e miséria, que visam prevenir. Trocado em miúdos, isso nada mais indica, senão a conhecida sentença, que o alimento que ingerimos, de alguma forma pode constituir-se no veneno que nos mata. E que a sabedoria da vida consiste, exatamente, no equilíbrio instável desta ambigüidade radical. Isso que, projetado na esfera política, nos obvia o fato que vivemos hoje a superposição – em risco de colisão – de dois grandes desafios: levar a sério a democracia que temos; e, avançar a construção da democracia que queremos.

O contraditório aparente dessas demandas está nisso: que nos impõem o exercício da indignação moral, face ao estado de coisas na modernidade falida e, paradoxalmente, nos recomendam a prática da tolerância ao seu enfrentamento; que nos exigem a consolidação das instituições democráticas e, paradoxalmente, nos cobram a inteligência da sua reforma. Combinados, no desequilíbrio extremo de um sistema que opera com baixa credibilidade política, com lacunas de racionalidade gritantes na sua estrutura institucional, e com o passivo de uma governabilidade autoritária ainda não inteiramente resgatado, estes desafios conformam uma crise moral e intelectual sem precedentes, cuja superação exige dos agentes sociais – tanto dos incumbentes, que emulam na esfera pública a preservação dos seus interesses e posições de poder; como dos emergentes, que sustentam na democracia que temos sua inclusão nos processos decisórios e a

construção de uma nova ordem política – um nível de competência, para o qual talvez não se encontrem preparados.

Engajamento político e clareza do entendimento, disposição à mudança e respeito à diferença, em qualquer sorte de conjugação que guarde alguma consistência, são qualidades raras no quadro das transformações civilizatórias no ocaso da modernidade. Muito mais, quando a emulação da contemporaneidade necessária, esbarra nas idiosincrasias de uma transição política inconclusa, onde se embutiu o tradicional no moderno e se tem preservado, na democracia, as condições estruturais do autoritarismo.

Vale aqui a advertência de Agnes Heller: *“A modernidade é uma grande possibilidade e também um grande ônus. Desenvolve-se muito rapidamente, dificultando a adaptação dos seres humanos. Oferece a grande possibilidade, particularmente nas democracias liberais, de todos participarem das decisões públicas e tornarem-se senhores das suas vidas. Mas, em função da rapidez do processo de transformação, homens e mulheres têm pouca clareza dos resultados de suas ações. Talvez estejam conscientes das suas responsabilidades diante das gerações futuras, mas apenas em termos abstratos. Dificilmente podem imaginar a vida dessas gerações. No mundo pré-moderno todos podiam imaginar como seus netos viveriam e o que fariam. Hoje, nenhum de nós sabe grande coisa sobre os netos. Viver na incerteza é traumático. Viver na incerteza de valores e significados é ainda mais. Um trauma tem conseqüências psicológicas – e, através de mediações, sociopolíticas – perigosas. O trauma moderno não é um acontecimento, mas um estado de coisas, pois é contínuo. Pode-se esperar que seus sintomas emergirão e reemergirão constantemente”*.⁸

Não sabemos, portanto – e seria presunçoso, até mesmo desonesto, alardear esse conhecimento – o que acontecerá neste país no próximo lustro, na próxima década, ou no próximo ano. A contemporaneidade inconclusa, que é um traço recorrente da nossa cultura política, introduz complexidade na especialização da agenda política e imprevisibilidade na sua implementação. Mais do que isso, a torna cediça a influências ideológicas regressivas e convicções políticas esclerosadas. Não obstante, na condição de analistas, debruçados sobre a profundidade do trauma moderno, somos minimamente responsáveis pela identificação da sua sintomatologia. Podemos – devemos... reconstruir os nexos lógicos que articulam a respectiva síndrome e apontar os caminhos que a auto-análise, a disciplina terapêutica e a intervenção social, poderão percorrer, com vistas à redução do dano e à prevenção da ruína possível da sociedade no turbilhão da violência, da corrupção e da miséria que nos assolam.

Como a modernidade vive hoje uma flagrante contradição do seu *modus operandi* – enquanto um momento de crise – será totalmente inócuo negar a

⁸ HELLER, Agnes: “Uma crise global da civilização: os desafios futuros.”, in SANTOS, Theotônio (org.): *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/CORECON, 1999.

realidade da mudança que opera em seu bojo. Toda crise é, por definição, uma encruzilhada do destino, de onde o organismo – que a experimenta como frustração e dor, ou seja, como doença – só sairá curado ou morto. A mudança, portanto, como transformação de um organismo em crise, é uma opção necessária e inevitável, cuja aceitação carrega um valor intrínseco: a superação -- que não é absoluta, mas que corresponde a um determinado patamar de desenvolvimento civilizatório – do sofrimento, que o trauma da existência nos acarreta.

Nem por isso, será possível valorar positivamente toda e qualquer direção de mudança. O que a autoconsciência da crise nos oportuniza é, exatamente, a ampliação das nossas possibilidades de escolha sobre caminhos alternativos, que poderão conduzir-nos: ou à reconstrução produtiva da vida social; ou à sua degradação – a qual, nunca será demais ressaltar, já vivenciamos tragicamente nas alternativas mórbidas que o Século XX produziu.

A percepção dos desafios globais que enfrentamos, no presente estágio civilizatório, por outro lado, não nos deve levar a perder de vista que a nossa intervenção possível será, sempre, localizada. Disso que resulta a nossa responsabilidade ética pela qualificação da mudança, pautando a escolha do futuro desejado sobre alternativas presentes e próximas, que nos permitam reivindicar alguma eficácia ao nosso enfrentamento político.

Seremos um país mais democrático e mais honesto no médio prazo? Sob que condições poderemos realizar essa expectativa?

Passo a enfrentar, agora e afinal... as perguntas que, a pedido do Editor da *newsletter* ANÁLISE, motivaram a elaboração deste texto. Não saberia como responder *a priori* à primeira questão, e não creio que lhe pudesse dar, nos limites deste artigo, uma solução satisfatória. Por isso que, me restrinjo à segunda questão, na expectativa que a sua consequência desperte, em cada um, a consciência das escolhas necessárias à construção da paz civil e da fortaleza moral capaz de sustentá-la. Nessa perspectiva, e à guisa de conclusão, focalizo dois obstáculos a enfrentar pelas forças sociais comprometidas com a consolidação e a radicalização da democracia neste país: uma retardatária crise de adolescência, que grassa nos arraiais da esquerda brasileira, e a reserva de consciência, que conforma o mudancismo político de uma inteligência demissionária ante a corrupção sistêmica do poder político.

Tanto quanto avança nosso horizonte de análise, pode-se entrever, na sucessão presidencial em 2.002 e no início de funcionamento da ALCA em 2.005, os eventos mais críticos na construção dos cenários políticos de curto e médio prazo neste país. A resposta que a sociedade brasileira vier a oferecer a estes desafios, impactará de forma decisiva na sua qualidade de vida. Desde logo, é relevante qualificar os termos em que essas questões estão sendo formuladas e pautadas na agenda política.

Uma falácia no raciocínio político, que hoje grassa nos arraiais da inteligência brasileira, como se fora o trauma afetivo de um crescimento interrompido, caracteriza-se pelo repúdio crítico e sectário ao que nos é mais próximo, e nos perturba pela sua familiaridade; em paralelo à aceitação ingênua e ecumênica do que nos é distante, e nos seduz pelo seu exotismo. Se, no limiar da modernidade, essa inconsistência esquerdista podia ser denunciada como a doença infantil do comunismo; hoje, no seu termo, designa uma retardatária crise de adolescência no comportamento de segmentos expressivos das oposições partidárias no Brasil, que o estereótipo do “*Fora FHC, Viva Fidel*” denuncia.

Um comportamento análogo caracteriza a rejeição liminar da ALCA, em paralelo à promoção da China, como parceiro preferencial das nossas relações comerciais, absolvendo-se nisso, por qualquer sorte de prestidigitação ideológica, o *dumping* de manufaturas (para não falar no contrabando de quinquilharias) no mercado interno brasileiro. E numa linha próxima de consequência, incluem-se os setores da oposição partidária que, hoje, são suficientemente competentes... ou espertos (e esta é uma questão que ainda tenho por irresolvida), para ostentarem uma consigna anti-neoliberal e, paradoxalmente, incorporarem em seu pré-programa de governo, em caráter estratégico... ou, quem sabe, meramente tático (e esta, também, é uma questão que ainda tenho por irresolvida), os pontos cruciais do programa de metas de estabilização monetária, duramente criticados da atual Administração.

Tenho convicção que esta ambigüidade presta um desserviço à democracia, operando uma efetiva regressão política – pela ocultação simbólica das mediações, da democracia e do autoritarismo, da competição regulada e da prática comercial desleal, da autenticidade programática e do estelionato eleitoral, que inviabilizam, sob a dignidade de um mesmo peso e de uma mesma medida, a confrontação dos termos em que se propõe o debate político.

Tenho o cuidado de reconhecer, por outro lado, que essa atitude dúbia, ao contrário do que possa parecer a primeira vista, não pode ser genericamente reduzida à condição subjetiva do cinismo político que, objetivamente, ostenta. Em alguns casos, ao menos, espelha uma representação mais profunda dos fatos à consciência, cuja análise revela, ao mesmo tempo, um absoluto descrédito na capacidade de autocorreção do sistema político e, diante disso, a opção por qualquer sorte de alternativa emergente – o mudancismo – sem preocupação, entretanto, em pesar as alternativas disponíveis ou medir as próprias consequências desta escolha. Convergem nessa direção, um certo anarquismo essencial – ao estilo do “*hay gobierno, soy contra*” – e a reificação da mudança como um valor em-si, isso que a transforma, de uma condição necessária, em finalidade substancial do jogo político. É possível, também, entrever nos termos como essa opção alicia espíritos generosos, forjados na luta pela democracia, o expediente politicamente ingênuo, mas psicologicamente efetivo, de uma reserva de consciência, diante dos eventuais excessos que o radicalismo emergente no turbilhão da mudança pela mudança, eventualmente, viesse a produzir.

De fato, uma certa inteligência demissionária, neste quadrante da nossa história, aposta no arrefecimento da intolerância e na domesticação da truculência de quaisquer contra-elites raivosas, que indiscriminadamente recebem o seu aval político, por força do próprio exercício do poder. Trata-se de uma opção conformista e circular que, ademais, mantém intocada a lógica corruptora do sistema de poder, que pretende combater. À deriva, de uma compreensão parcial e equivocada do ensinamento clássico de Lord Acton, segundo o qual “**todo o poder corrompe...**”, conclui-se que essa condição inexorável, de uma corrupção de segundo grau – que se pretenderia, no vazo ideológico desse raciocínio, assegurada pela complexidade e profundidade alcançadas na estruturação do liberalismo econômico e político em nosso meio – atuaria inevitavelmente como fator de arrefecimento ao radicalismo emergente. Quiçás, como um providencial mecanismo de integração, prevenindo o risco da anomia social e a crise das instituições. Ledo engano!

A leitura completa do aforisma de Lord Acton permite esclarecer que, se “*todo o poder corrompe... o poder absoluto, corrompe absolutamente*”. Este é um enunciado claro do potencial reprodutivo do próprio poder, como sua consequência mediata. A corrupção do poder, consequência imediata do seu próprio exercício e desvio de finalidade em relação ao seu fundamento, portanto, é originariamente um fato gerador de mais-poder, em última instância, de mais-corrupção. E este, tende a tornar-se um processo circular e autocentrado, até o ponto em que, completamente autonomizado em relação aos fins que o legitimam, o poder impõe-se a sua própria lógica... autocentrada, concentracionista e autofágica, cuja implicação social é sempre trágica.

Muito além deste equívoco na interpretação, e da ingenuidade na derivação das suas implicações práticas, o mais grave no comportamento dessa inteligência demissionária reside no fato que nada pode garantir que os radicais, supostamente domesticados pelo exercício do poder, tornar-se-ão menos intolerantes ou truculentos do que sua trajetória anterior autoriza acreditar, ou que serão mais éticos ou mais eficientes que os antigos incumbentes no poder. Bem ao contrário, há fortes razões para acreditar-se que o corporativismo e o abuso de poder, que conformam os traços burocrático-autoritários da tradição política que estamos, com reconhecida dificuldade, procurando superar, se ajustam perfeitamente, à reprodução, pela própria extensão da legitimidade historicamente consolidada no Estado, de comportamentos intolerantes e truculentos que ora se projetam na esfera pública. Desconhecer essa possibilidade é uma atitude temerária diante do nosso futuro; avaliar as condições da sua ocorrência é um procedimento minimamente antidemocrático.

Excertos de Michel Crozier:

(Crozier, M: **A Crise da Inteligência**, Instituto Piaget, Lisboa, 1.995.)

Que quer dizer estratégia? Esta palavra começava a tornar-se moda, tendo eu contribuído para a sua popularização. Opunha-a aos termos comando e planificação. Na sua visão organizadora do mundo, o planificador não tem inimigo, ele pode ordenar tudo de forma racional e chegar infalivelmente aos seus objetivos, escolhendo os bons ou mesmo os grandes meios. Mas os meios, sobretudo quando se trata de meios humanos, não se dobram facilmente aos objetivos e acabam por bloquear – felizmente – a boa ordem racional. Pelo contrário, o estratega sabe que deve ter em conta a possibilidade do inimigo reagir às suas ações. Ele escolhe, portanto, os objetivos em função dos meios, isto é, dos recursos de que dispõe, e das pressões a que deve fazer face. Em seguida, procura de uma forma pragmática diminuir as pressões cooperando o melhor possível com os recursos. Dito de outra maneira, quando o comandante não vê senão seu plano, o estratega apóia-se na realidade do terreno.

Julgávamo-nos modernos quando éramos apenas impacientes.

Se não tínhamos estratégia, era porque a maior parte de nós, e todos os políticos, ainda acreditavam que os órgãos de comando eram suficientes para por em funcionamento as reformas. Os meios eram, sem dúvida necessários, mas nós procurávamo-los no entusiasmo do movimento, no esforço da comunicação e de persuasão, enfim, no comando hierárquico dos órgãos do Estado cuja legitimidade era assegurada pelo sufrágio universal.

A política francesa nunca esteve tão preocupada com as idéias de reforma como no momento atual. Mas, quanto mais ruidosamente essas idéias são expostas, tanto menos elas parecem apoiar-se na realidade.

O fracasso repetido de todas as nossas reformas sucessivas não seria grave se não houvesse tanta urgência de uma parte, tanto desperdício de recursos, de outra parte.

O primeiro problema que se impõe é o de escutar.

Com efeito, a aprendizagem da escuta, assim como da análise que enriquece a escuta e a torna eficaz e fascinante, é talvez aquilo que mais falta. Nós reagimos ao problema da comunicação, acreditando que, em primeiro lugar, importa aprender a falar, quando, na verdade, o que é preciso é começar por escutar. Só aquele que sabe escutar poderá fazer da sua palavra um ato de comunicação. A escuta é o primeiro ato do respeito e da tolerância que torna possível o debate democrático.

Numa sociedade como a nossa, paralisada por enclausuramentos burocráticos e categóricos, o diálogo social esgotou todas as suas virtudes. Um tal sistema, aparentemente participativo e democrático, é de fato burocrático e opressivo, pois entrava a comunicação e transforma a expressão da verdade em dialeto.

A crise que nós vivemos é, antes de mais nada, uma crise moral e intelectual.

Ela não se deve a uma situação objetiva. É o fruto de uma reação subjetiva. Estamos em desordem porque já não temos confiança nas nossas elites e, doravante, cada vez menos em nós próprios. Perdemos todas as nossas referências e as nossas elites são impotentes pois, seja qual for o seu compromisso partidário, elas falam aos seus concidadãos no que parece ser uma linguagem fechada.

Resgate e faça o **download** das edições anteriores:

<http://www.geocities.com/edaydos/Agenda.htm>. Os textos disponibilizados na AGENDA POLÍTICA ON LINE são autorizados para repasse, desde que citada a fonte (virtual e impressa, quando publicados) e o endereço para contato:

edaydos@pro.via-rs.com.br.

Links:

Webjornalismo independente no RS:

Diego Casagrande

www.opiniaolivre.com.br

Hélio Gama – ANÁLISE

equipesj@terra.com.br

Políbio Braga

newspolibio@via-rs.net

Coletiva

www.coletiva.com

ANEXO I
INDICADORES DE CORRUPÇÃO, LIBERDADE E ESTABILIDADE
DEMOCRÁTICA POR FAIXAS DE RENDA NACIONAL PER CAPÍTA
(Resultados para 95 países)

Faixas de renda	Países	Corrupção	Liberdade	Fator estabilidade
		<i>Maior 1,5</i>	<i>Maior 1,1</i>	<i>Cfr. Shugart & Carey</i>
		<i>Menor 10</i>	<i>Menor 7,7</i>	<i>(1992) - contexto 1991</i>
Renda alta	Dinamarca	10	1,1	Democracia Estável
	Finlândia	9,8	1,1	Democracia Estável
	Nova Zelândia	9,4	1,1	Democracia Estável
	Suécia	9,4	1,1	Democracia Estável
	Canadá	9,2	1,1	Democracia Estável
	Singapura	9,1	5,5	
	Holanda	9	1,1	Democracia Estável
	Noruega	8,9	1,1	Democracia Estável
	Suíça	8,9	1,1	Democracia Estável
	Luxemburgo	8,8	1,1	Democracia Estável
	Austrália	8,7	1,1	Democracia Estável
	Reino Unido	8,6	1,2	Democracia Estável
	Alemanha	8	1,2	Democracia Estável
	Irlanda	7,7	1,1	Democracia Estável
	Áustria	7,6	1,1	Democracia Estável
	Estados Unidos	7,5	1,1	Democracia Estável
	Israel	6,8	1,2	Democracia Estável
	Portugal	6,7	1,1	Democracia Estável
	França	6,6	1,2	Democracia Estável
	Espanha	6,6	1,2	Democracia Estável
	Japão	6	1,2	Democracia Estável
	Eslovênia	6	1,2	
	Bélgica	5,3	1,2	Democracia Estável
Grécia	4,9	1,3	Democracia Estável	
Itália	4,7	1,2	Democracia Estável	
Soma	194,2	33	23	
Média no estrato	7,8	1,3	92,0%	
Renda média alta	Chile	6,9	2,2	
	Bostvana	6,1	3,2	
	Estônia	5,7	1,2	
	Hungria	5,2	1,2	
	Malásia	5,1	5,5	Democracia Estável
	África do Sul	5	1,2	
	Maurício	4,9	1,2	
	Rep. Tcheca	4,6	1,2	
	Uruguai	4,4	1,2	Democracia Estável
	Polônia	4,2	1,2	
	Brasil	4,1	3,4	Democracia Estável
	Koréia do Sul	3,8	2,2	
	Rep. Eslováquia	3,7	1,2	
	México	3,4	3,4	
	Argentina	3	2,3	Democracia Estável
	Croácia	2,7	4,4	
	Venezuela	2,6	4,4	Democracia Estável
Soma	75,4	40,6	5	
Média no estrato	4,4	2,4	29,4%	

Faixas de renda	Países	Corrupção	Liberdade	Fator estabilidade
Renda média baixa	Namíbia	5,3	2,3	
	Costa Rica	5,1	1,2	Democracia Estável
	Tunísia	5	6,5	
	Perú	4,5	5,4	Democracia Estável
	Jordânia	4,4	4,4	
	Marrocos	4,1	5,4	
	El Salvador	3,9	2,3	Democracia Estável
	Jamaica	3,8	2,2	Democracia Estável
	Lituânia	3,8	1,2	
	Filipinas	3,6	2,3	
	Turquia	3,6	4,5	
	Belarus	3,4	6,6	
	China	3,4	7,6	
	Látvia	3,4	1,2	
	Bulgária	3,3	2,3	
	Egito	3,3	6,5	
	Macedônia	3,3	3,3	
	România	3,3	2,2	
	Guatemala	3,2	3,4	Democracia Estável
	Tailândia	3,2	2,3	
	Colômbia	2,9	4,4	Democracia Estável
	Bolívia	2,5	1,3	
	Ecuador	2,4	2,3	Democracia Estável
	Rússia	2,4	4,5	
	Albânia	2,3	4,5	
	Kazaquistão	2,3	6,5	
	Paraguai	2	4,3	
	Iugoslávia	2	5,5	
	Honduras	1,8	3,3	Democracia Estável
	Soma	97,5	109,7	8
Média no estrato	3,4	4,1	29,6%	
Renda baixa	Mongólia	4,3	2,3	
	Malavi	4,1	3,3	
	Zimbabwe	4,1	6,5	
	Moçambique	3,5	3,4	
	Zâmbia	3,5	5,4	
	Senegal	3,4	4,4	Democracia Estável
	Gana	3,3	3,3	
	Nicarágua	3,1	3,3	
	Índia	2,9	2,3	
	Moldova	2,6	2,4	
	Ucrânia	2,6	3,4	
	Vietnam	2,6	7,7	
	Armênia	2,5	4,4	
	Geórgia	2,3	3,4	
	República Kyrgiz	2,2	5,5	
	Paquistão	2,2	7,7	
	Uganda	2,2	5,5	
	Quênia	2	6,5	
	Tanzânia	1,9	4,4	
	Uzbequistão	1,8	7,6	
	Azerbaijão	1,7	6,4	
	Indonésia	1,7	4,4	
	Nigéria	1,6	4,4	
	Camarões	1,5	7,6	
	Soma	63,6	115,5	1
	Média no estrato	2,7	4,8	4,2%